

Museus Escolares no Brasil (1930-1970): revitalização e crise

Vânia Maria Siqueira Alves¹

DOI: 10.26512/museologia.v8i16.22094

105

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Resumo

Surgidos no século XIX, como recurso de ensino, os museus escolares sofreram transformações em suas funções ao longo do tempo e do espaço. Presente nas legislações educacionais brasileiras do final do século XIX e primeira metade do século XX, os museus escolares foram mobilizados nas proposições de inovação e renovação da escola primária. "Museus escolares no Brasil (1930 -1970): revitalização e crise" trata da prescrição de criação e o florescimento dos museus escolares no contexto do movimento escolanovista, mais especificamente nos anos 1930 – 1940. Diferentemente do contexto europeu onde viveram um período de crise, no Brasil, os museus escolares apresentaram números significativos e estiveram presentes em orientações pedagógicas do período. Frente à carência de pesquisas e dados, operações são necessárias para transformar os fatos em dados. Além da pesquisa bibliográfica e documental, a pesquisa estatística foi crucial no levantamento de informações sobre a presença dessas instituições museológicas nesse período.

Palavras-chave:

Museus escolares. Escola Nova. Brasil. Anos 1930-1970.

Abstract

Arising in the nineteenth century as a teaching resource, school museums have undergone transformations in their functions over time and space. Present in the Brazilian educational legislations of the late nineteenth and first half of the twentieth century, school museums were mobilized in the proposals for innovation and renovation of primary school. "School museums in Brazil (1930-1970): revitalization and crisis" deals with the creation prescription and the flourishing of school museums in the context of the Escolanovista movement, more specifically in the years 1930 - 1940. Unlike the European context where they experienced a period of crisis, in Brazil, school museums presented significant numbers and were present in pedagogical guidelines of the period. Faced with a lack of research and data, operations are needed to turn facts into data. In addition to bibliographical and documentary research, statistical research was crucial in gathering information about the presence of these museological institutions in this period.

Keywords:

School museums. Escola Nova. Brazil. Years 1930-1970.

Introdução

A experiência dos museus sobre educação escolar remonta às grandes exposições universais do século XIX, destinadas, em sua maioria, a mostrar o progresso técnico vivenciado pelas potências industriais, associando-se à formação dos professores e, em muitos casos, à construção dos sistemas educativos nacionais em diferentes partes do mundo e à concepção pedagógica pestaloziana², cujos princípios centravam-se na experimentação.

¹ Doutora em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais, UEMG, Unidade Campanha.

² O ensino intuitivo centrado na experimentação, dando as lições de forma mais prática e viva, constituiu-se numa das importantes inovações pedagógicas da escola na segunda metade do século XIX. O método,

Sob distintas denominações (“museu de educação”, “museu pedagógico”, “museu escolar”, “exposição escolar permanente”) surgiram na Europa e América centros que compreendiam por um lado uma biblioteca com obras de educação, legislação, documentos e, por outro, coleções de material de ensino e mobiliário escolar (LINARES, 2012. p. 55).

A denominação museu escolar foi estabelecida a partir da publicação do *Dictionaire de Pédagogie et d'Instruccion Primaire*, coordenado por Buisson na segunda metade do século XIX para diferenciar-se do museu pedagógico, que “compreendem: de uma parte, uma biblioteca de obras sobre educação, de legislação e administração escolar, assim como obras clássicas, propriamente ditas; de outra parte, de coleções de material de ensino e de mobiliário escolar” (PELLISON, 1882, p. 1367 apud CARRILLO, COLLELLEDEMONT, MARTÍ, TORRENTS, 2011, tradução nossa)³. De acordo com esse dicionário, os museus escolares constituíam de “uma coleção de objetos, uns naturais, outros fabricados, destinados a dar às crianças ideias precisas, exatas, sobre o que lhes rodeia” (PELLISON, 1882, p. 1377 apud CARRILLO, COLLELLEDEMONT, MARTÍ, TORRENTS, 2011).

Os museus escolares constituíam-se de “coleções de objetos e documentos diversos expostos temporariamente ou permanentemente para ilustrar as matérias ensinadas ou formar o gosto dos alunos” (FOLQUIÉ, 1976, p. 313 apud CARRILLO, COLLELLEDEMONT, MARTÍ, TORRENTS, 2011, p. 20).

Localizados, geralmente, nas escolas, os museus escolares eram constituídos por coleções de materiais didáticos para apoiar as aulas e possuíam coleções de flora, fauna e minerais de várias procedências, modelos para as aulas de anatomia, etc. Eram constituídos também de objetos para aplicação do método “Lições de coisas”. Parte do material era adquirida pelos próprios alunos e professores ou por compra a museus pedagógicos e outras instituições (LINARES, 2012).

Ainda no século XIX, surgiram outras instituições museológicas sobre educação escolar, tais como os museus pedagógicos universitários e os museus pedagógicos temáticos. A partir dos anos 1930, surgiram as Associações Patrimoniais e, nas duas últimas décadas do século XX, escolas e salas de aulas musealizadas e os museus virtuais de educação. Todas essas instituições contam com diferentes denominações, em diferentes lugares e contextos e passaram por transformações ao longo do tempo. Vivenciaram períodos como: antecedentes, efervescência, crise e revitalização/renovação, expansão. Os cortes cronológicos desses períodos variaram nas diversas sociedades. Carrillo, Collellemont, Martí, Torrents, (2011) a partir do contexto europeu elaboraram os seguintes recortes cronológicos para os museus escolares pedagógicos e escolares: 1) 1850 – 1878: antecedentes; 2) 1878 – 1931: efervescência; 3) 1931 – 1986: Período de crise e revitalização; 4) 1986 em diante: Expansão.

Entre as décadas de 1930 a 1970, houve uma diminuição da criação de museus de educação em países de contextos políticos estáveis e o fechamento de museus pedagógicos em contextos políticos instáveis ou ditatoriais. Muitos

preconizado por grandes nomes como Locke, Condilac, Rousseau, Pestalozzi, Basedow, Campe, Froebel, Diesterweg, foi tema dos mais diversos tipos de publicações, conferências e exposições da época.

3 Comprenden: de uma parte, uma biblioteca de obras sobre educación, de legislación y administración escolar, asi como obras clásicas, propriamente dichas; de outra parte, de colecciones de material de enseñanza y de mobiliário escolar (PELLISON, 1882, p. 1367 apud CARRILLO, COLLELLEDEMONT, MARTÍ, TORRENTS, 2011).

museus pedagógicos transformaram-se em centros de documentação e investigação entre os anos 1930 - 1945 (CARRILLO, COLLELDEMONT, MARTÍ, TORRENTS, 2011). Diferentemente das tendências mundiais, assiste-se no Brasil na década de 1930 a um crescimento do número de museus escolares. Para compreender esse fenômeno é preciso articulá-lo ao chamado projeto de modernização política, econômica e cultural vivenciado pelo país nessa década e ao movimento escolanovista. Também é preciso articular esses dois movimentos. Grande parte dos intelectuais associados a esse movimento compôs os quadros políticos e burocráticos do governo Vargas.

Para falar dos museus escolares no Brasil na primeira metade do século XX, foi necessário recorrer aos dados dos Anuários Estatísticos Brasileiros, levantados pelos censos educacionais realizados pelo Ministério da Educação, tendo como unidades informantes os estabelecimentos de ensino. Além das lacunas de períodos em que a informação não foi coletada (1900-1906 e de 1913-1926), é preciso levar em conta também as lacunas presentes nas pesquisas quantitativas. Outro fator importante a se considerar é que os museus escolares nem sempre foram alvos da coleta de dados. Os dados sobre aparelhamento escolar coletados mudaram ao longo do século XX.

As estatísticas sobre aparelhamento escolar presentes nos anuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) permitiram visualização da presença dos museus escolares no Brasil nos anos 1930. Utilizou-se a estatística descritiva para tratar tais dados na medida em que informa melhor a respeito das relações internas entre esses dados. As técnicas quantificadoras nesse caso, além de medir relações, possibilitam a descoberta de novas relações. “A característica essencial da estatística é que suas conclusões não superam o âmbito da série de dados com que se trabalha” (AROSTEGUI, 2006, p. 545).

A partir do conjunto de dados sobre aparelhamento escolar nos anos 1930, foi possível elaborar outro conjunto, mais limitado, sobre os museus escolares no período, pode-se dizer uma reinvenção de dados como se pode verificar ao longo do trabalho. “A quantificação não altera, absolutamente, as condições qualitativas das coisas; simplesmente as submete a outro tipo de operações” (AROSTEGUI, 2006, p. 542).

Num contexto internacional marcado pela crise e revitalização dos museus escolares e pedagógicos (1930 – 1970), pode-se dizer que o Brasil subverte essa ordem. “Museus escolares no Brasil: revitalização e crise (1930 -1970)” trata do florescimento dos museus escolares no contexto do movimento escolanovista, mais especificamente nos anos 1930 – 1950. Com nova função, os museus escolares compõem os recursos do aparelhamento escolar.

I “Escola Nova” e um novo papel para os museus escolares no Brasil

Falar de museus escolares no Brasil é falar de objetos de ensino e suas proposições de inovação e renovação na escola elementar. Os objetos de ensino ocuparam papel importante nas proposições de renovação da escola primária desde a virada do século XIX. Souza (2013, p. 105) apresenta três momentos significativos na implantação de inovações na escola elementar: “a modernização pelo método intuitivo⁴ na virada do século XIX para o século XX, as proposi-

4 O método intuitivo conhecido como *lições de coisas*, foi concebido com o intuito de resolver o problema da ineficiência do ensino diante de sua inadequação às exigências sociais decorrentes da revolução industrial que se processara entre o final do século XVIII e meados do século XIX. Ao mesmo tempo, essa mesma revolução industrial viabilizou a produção de novos materiais didáticos como suporte físico

ções da Escola Nova, nas décadas de 1930 a 1950 e a renovação representada pela Tecnologia Educacional nas décadas de 1960 e 1970”.

Entre as propostas e ações para a aplicação do método intuitivo ou lições de coisas teve lugar a prescrição de criação dos museus escolares, a criação do *Pedagogium* – um centro propulsor de reformas e melhoramentos pedagógicos -, investimentos tecnológicos na Escola Normal da Capital Federal, realização de congressos da instrução, entre outros. Para Petry e Silva (2013) existiram diversas propostas, formas de operacionalizar e diferentes objetos nomeados museus escolares. Falar o que foi um museu escolar no Brasil não é simples, uma vez que cada escola encontrou um jeito único de montar o próprio museu, privilegiando determinadas peças em detrimento de outras, utilizando-o para funções distintas.

Entre as décadas de 1930 e 1960, princípios da Escola Nova⁵, no qual o ato pedagógico deve estar centrado na ação e na atividade da criança se fizeram presentes na educação brasileira. Para Souza (2008), esses princípios começaram a ser divulgados no Brasil em meados dos anos 1910, mas, a partir da década de 1930, foram introduzidos de forma sistemática, tornando-se a orientação norteadora das reformas do ensino. Assumindo diferentes formas, um quadro bastante complexo, que não pode ser generalizado, os desdobramentos do movimento escolanovista foram inevitáveis. Um “movimento contraditório e complexo”, o escolanovismo não pode ser confundido apenas como um movimento liberal, agregou contribuições do positivismo e do marxismo (GADOTTI, 2003, p. 148).

Mudanças nos métodos pedagógicos e a redefinição da finalidade social da escola foi o caminho apontado pelos renovadores da Escola Nova para a reorganização radical do sistema educacional brasileiro. Por um lado, a escola deveria preparar as crianças às necessidades da sociedade moderna em transformação. Por outro lado, ela deveria constituir-se em elemento transformador do meio social, abrindo-se à comunidade e intervindo nos processos sociais. Para isso, a escola deveria ser “uma instituição social, real e viva”, conforme propôs Dewey⁶ (SOUZA, 2008, p. 1).

do novo método de ensino. Esses materiais, difundidos nas exposições universais, realizadas na segunda metade do século XIX com a participação de diversos países, entre eles o Brasil, compreendiam peças do mobiliário escolar; quadros negros parietais; caixas para ensino de cores e formas; quadros do reino vegetal, gravuras, cartas de cores para instrução primária; aros, mapas, linhas, diagramas, caixas com diferentes tipos de objetos como pedras, metais, madeira, louças, cerâmica, vidros; equipamentos de iluminação e aquecimento; alimentação e vestuário etc. Mas o uso de todo esse variado material dependia de diretrizes metodológicas claras, implicando a adoção de um novo método de ensino entendido como concreto, racional e ativo. O que se buscava, portanto, era uma orientação segura para a condução dos alunos, por parte do professor, nas salas de aula. Para tanto foram elaborados manuais segundo uma diretriz que modificava o papel pedagógico do livro. Este, em lugar de ser um material didático destinado à utilização dos alunos, se converte num recurso decisivo para uso do professor, contendo um modelo de procedimentos para a elaboração de atividades, cujo ponto de partida era a percepção sensível. O mais famoso desses manuais foi o do americano Norman Allison Calkins, denominado *Primeiras lições de coisas*, cuja primeira edição data de 1861, sendo reformulado e ampliado em 1870. Foi traduzido por Rui Barbosa em 1881 e publicado no Brasil em 1886 (SAVIANI, Dermeval. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_metodo_%20intuitivo%20.htm, Acesso: 21/01/2-13).

5 Centrado na ação e atividade espontânea da criança, o pensamento pedagógico da Escola Nova é considerado por muitos estudiosos como o mais vigoroso movimento de renovação da educação. No entanto, essas propostas já vinham se formando há mais de cinco séculos (Vitorino de Feltre, 1378 – 1446, Rousseau, entre outros) e apenas no século XX encontrou condições para se propagar e tomar forma concreta, influenciando os sistemas educacionais. Entre os defensores de renovação da prática pedagógica destacam-se os suíços Adolphe Ferrière e Édouard Claparède, o educador norte americano John Dewey, o belga Decroly, a italiana Maria Montessori Kilpatrick e Jean Piaget.

6 John Dewey (185 – 1952), filósofo, psicólogo e pedagogo liberal norte americano, foi defensor da Escola

Para a implementação da proposta escolanovista, museus e gabinetes foram novamente mobilizados e revitalizados, mas com um novo papel: atender às exigências da aprendizagem pela experiência, pela observação e pela investigação. Os museus escolares passaram a ser entendidos como recursos auxiliares a serem disponibilizados pela escola para favorecer a aprendizagem do aluno, uma espécie de laboratório que se prestaria a despertar a curiosidade e a atividade espontânea da criança para os fenômenos naturais. Os museus e objetos perderam a centralidade do processo, passaram a ser entendidos como mediadores (SOUZA, 2008). Na figura 1 pode se verificar um museu escolar ao fundo da classe de normalistas, no qual se destacam além dos armários, ao que parece de ciências naturais, elementos de História e Geografia.

Figura 1 - Aspecto de sala de aula e museu escolar no Colégio Estadual de Curitiba, Paraná



Fonte: Acervo do IBGE, Estatísticas do Século XX, 2006, p. 91.

Sob diferentes denominações, a implantação de instituições escolares instituiu instituições auxiliares, serviços auxiliares da educação; instituições complementares, organizações auxiliares, entre outras – somaram-se a outros meios⁷ para atender aos princípios escolanovistas (SOUZA, 2008). As instituições auxiliares da escola compreendidas pelas instituições de ação educativa (SOUZA, 2008) ou aparelhamento Escolar (Anuário Estatístico do Brasil) - bibliotecas, jornais infantis, museus, laboratórios e gabinetes, fábricas e oficinas, instalações de educação física, rádio, cinema educativo, clubes de leitura, etc. – quanto as de ação social e de assistência (SOUZA, 2008) ou instituições peri-escolares (Anuário Estatístico do Brasil) – associações de pais e mestres, caixas escolares, assistência médica e dentária, merenda escolar, ligas de bondade, grupo de escoteiros, entre outras – variaram de funções, denominações e números entre os anos 1930 – 1960.

Ativa, que propunha a aprendizagem através da atividade pessoal do aluno, aprender fazendo. Traduzindo para o campo da educação, o liberalismo político-econômico dos Estados Unidos, construiu idéias de caráter progressista, como o auto-governo dos estudantes, o progressivo aperfeiçoamento do indivíduo e defesa da escola pública e ativa. Para ele, a liberação das potencialidades do indivíduo dava-se através dos princípios da iniciativa, originalidade e cooperação (GADOTTI, 2003).

7 A globalização do ensino, a adoção dos centros de interesse, os métodos ativos, a ênfase em atividades como excursões, salas ambiente, método de projetos, a elaboração de cadernos de vida, aulas fora da sala de aula, organização de álbuns históricos, etc. e a implantação de instituições auxiliares da escola foram meios utilizados pelos renovadores da Escola Nova buscando a transformação da educação. Instituições de ação educativa – bibliotecas, jornais infantis, museus, rádio, cinema educativo, clubes de leitura, cooperativas – quanto as de ação social e de assistência – associações de pais e mestres, caixas escolares, assistência médica e dentária, merenda escolar, ligas de bondade, entre outras.

Ao que parece, a história dos museus escolares e pedagógicos parece dissociar-se ao longo do século XX no Brasil. Enquanto os primeiros alcançam números significativos na década de 1930, com o advento da chamada escola nova, o segundo, salvo algumas experiências estaduais, entram numa fase de crise. O *Pedagogium* foi extinto em 1919, mas ideia expressa neste órgão não morreu completamente. Com formato e função diferente foi criado, em 1937, o Instituto Nacional de Pedagogia. Em 1938, foi instalado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, INEP, vinculado ao Ministério de Educação e Saúde Pública, retomando, de certa forma, algumas funções do *Pedagogium* – publicações, pesquisas, estudos e aperfeiçoamento do magistério (BASTOS, 2005). Os museus escolares, contando com a parceria dos grandes museus, como o Museu Nacional, atravessaram os anos 1920 –1930 com números significativos e ao que parece entrando em crise a partir do final da década 1950.

2. Os museus escolares em números

Nas estatísticas do ensino do século XX, os museus escolares aparecem pela primeira vez em 1932. Nesse ano, foram registrados 539 museus em estabelecimentos de ensino primário geral (comum e supletivo) no Brasil e no ano de 1933, foram contabilizados 924. Em um ano, o número total de museus quase duplicou no Brasil, o que se deve ao aumento de estabelecimentos de ensino público – estadual e municipal. Nesse período houve um decréscimo no número de instituições federais e particulares. Nos anos seguintes, a taxa de crescimento permaneceu estável, apresentando pequenas variações, tendo a rede particular apresentado maior crescimento, como se pode observar na tabela a seguir.

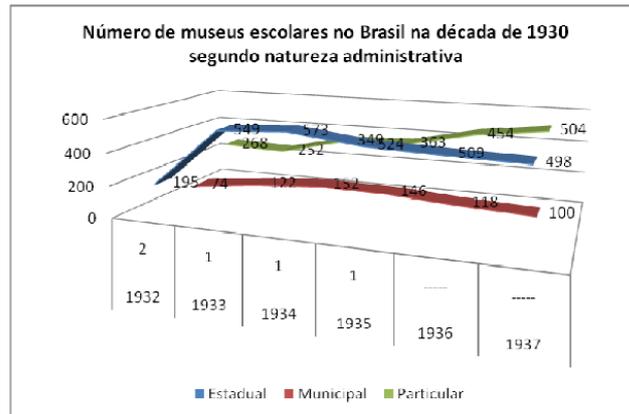
Tabela 1 - Presença de museus em estabelecimentos escolares que ministram o ensino primário comum conforme natureza

Ano	Ensino Federal		Ensino Estadual		Ensino municipal		Ensino particular		Total	
	Estab. escol.	Museus	Estab. escol.	Museus	Estab. escol.	Museus	Estab. escol.	Museus	Estab. Escol.	Museus
1932	17	2	15222	195	5201	74	6505	268	26945	539
1933	33	1	16788	549	5525	122	6433	252	28779	924
1934	32	1	16088	573	7296	152	6233	349	29649	1075
1935	35	1	16522	524	9184	146	6381	363	32122	1034
1936	29	-----	17054	509	10375	118	6631	454	34089	1081
1937	44	-----	17924	498	11554	100	7489	504	37011	1102

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico do Brasil – Ensino Primário Geral (Comum e Supletivo) – Aparlhamento escolar – 1932/1937, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE *Estatísticas do Século XX*. Disponível em, <http://seculoxx.ibge.gov.br/es/populacionais-sociais-politicas-e-culturais> Acesso: 30/01/2014.

É interessante observar que apesar do número bastante significativo de museus, a sua proporção e crescimento não acompanharam o crescimento do número de estabelecimentos de ensino, o que demonstra que na maioria das escolas não foram implantados museus escolares.

Gráfico I - Número de museus escolares no Brasil na década de 1930 segundo natureza administrativa.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico do Brasil – Ensino Primário Geral (Comum e Supletivo) – Aparelhamento escolar – 1932/1937, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE *Estatísticas do Século XX*. Disponível em, <http://seculoxx.ibge.gov.br/es/populacionais-sociais-politicas-e-culturais> Acesso: 30/01/2014

De acordo com os dados apresentados acima, pode-se perceber que nos primeiros anos, houve um crescimento significativo dos museus escolares na rede de ensino estadual, que caracterizavam também a maioria dos estabelecimentos de ensino no período. Com número crescente, a partir de 1934, o número de museus escolares dessa natureza começou a decrescer, não acompanhando o crescente número de estabelecimentos de ensino da rede estadual. Nos estabelecimentos de ensino federal e municipal, a implantação de museus na década de 1930 não acompanhou a taxa de crescimento no número de estabelecimentos. Houve um decréscimo do número de museus escolares dessa natureza. Os museus escolares de natureza particular acompanharam o crescimento do número de estabelecimentos escolares, sobretudo a partir de 1935. Conforme dados acima, a maioria das escolas não contou com museu em seu aparelhamento. Outros itens como as bibliotecas e aparelhamentos para trabalhos práticos de agricultura, outros trabalhos manuais e Educação física eram os mais numerosos nas escolas conforme as estatísticas da época. Museus, laboratórios e gabinetes ocupavam posição intermediária. Bem poucos estabelecimentos de ensino contavam com projeções luminosas. No geral, pode-se dizer que o aparelhamento dos estabelecimentos de ensino era muito precário.

É importante observar que a partir de 1935 houve um decréscimo no número de museus nos estabelecimentos federais, estaduais e municipais. Apenas os estabelecimentos particulares apresentaram pequeno crescimento nesse período. Os índices de crescimento de um grupo e diminuição de outro não provocaram alterações significativas no resultado total. Essas alterações podem ser vistas também nos índices de crescimento/diminuição por regiões e unidades federadas apresentadas a seguir. Aqui serão utilizadas as denominações regionais vigentes no período. Ao falar de regiões e unidades federadas, pode-se perceber a diminuição do número de instituições a partir de 1935 e em 1937, todas as regiões, exceto centro, apresentam queda no número de estabelecimentos. Em Alagoas e no território do Acre não foi registrado nenhum museu em estabelecimento de ensino no período analisado. As regiões com menor número de instituições foram a Norte (Acre, Amazonas,

Pará, Maranhão e Piauí), Nordeste (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco) e Este (Sergipe, Baía e Espírito Santo) sendo respectivamente Pará, Pernambuco e Bahia, as unidades com maior número.

Tabela 2- Estabelecimentos escolares que possuíam museus nas regiões, unidades federadas e municípios das capitais

Re-giões	Unidades Federadas	Anos						Municípios das capitais	Anos	
		1932	1933	1934	1935	1936	1937		1936	1937
Norte	Acre	----	----	---	---	---	---	Rio Branco	----	----
	Amazonas	3	3	14	14	14	14	Manaus	14	14
	Pará	----	----	20	20	20	21	Belém	20	21
	Maranhão	2	4	5	4	4	4	São Luís	4	4
	Piauí	----	----	----	----	1	---	Teresina	1	---
	Total	5	7	39	38	39	39	Total	39	39
Nordeste	Ceará	5	6	9	11	13	14	Fortaleza	8	9
	Rio Grande do Norte	----	2	1	4	---	---	Natal	---	---
	Paraíba	6	2	3	3	7	10	João Pessoa	2	2
	Pernambuco	65	38	36	47	48	37	Recife	28	28
	Alagoas	----	----	----	----	---	---	Maceió	---	---
	Total	76	48	49	65	68	61	Total	38	34
Este	Sergipe	5	4	4	3	6	5	Aracaju	3	3
	Baía	27	34	28	32	36	41	Salvador	22	27
	Espírito Santo	8	10	20	28	20	11	Vitória	3	2
	Total	40	48	52	63	62	57	Total	28	32
Sul	Rio de Janeiro	35	47	47	34	48	53	Niterói	11	12
	Distrito Federal	130	181	210	204	188	166	Rio de Janeiro	188	166
	São Paulo	215	304	336	298	348	323	São Paulo	57	75
	Paraná	1	3	12	20	11	8	Curitiba	3	3
	Santa Catarina	1	26	28	28	28	46	Florianópolis	5	4
	Rio Grande do Sul	36	22	26	26	51	75	Porto Alegre	14	17
	Total	418	583	659	610	674	671	Total	281	277
Centro	Mato Grosso	----	----	----	----	---	3	Cuiabá	----	---
	Goiás	----	----	----	----	---	2	Goiânia	----	---
	Minas Gerais	----	238	276	258	238	269	Belo Horizonte	17	31
	Total	---	238	276	258	238	274	Total	17	31

Brasil	Total	539	924	1075	1034	1081	1102	Total	403	413

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico do Brasil – Ensino Primário Geral (Comum e Supletivo) – Aparelhamento escolar – 1932/1937, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro. RJ 2006, PDF Disponível em <http://seculoxx.ibge.gov.br/es/publicacao>, Acesso: 30/01/2014

As regiões com maior número de museus foram a sul (Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e centro (Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais). A maior concentração de museus estava no Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo e Minas Gerais, sendo que essa última unidade concentrava praticamente todos os museus de sua região.

Outro aspecto importante é que as capitais dos Estados concentravam o maior número de museus. Na região norte, ao que parece, só existiu museus nas capitais. Nos estados com o maior número de museus em 1937 – São Paulo (323), Minas Gerais (269), Rio Grande do Sul (75), Rio de Janeiro (53), ao que parece houve uma maior descentralização dos museus para outros municípios. Para melhor compreender a concentração de museus escolares nas capitais, é preciso ter em mente que o período abordado é o período de expansão dos grupos escolares – prédios escolares com edificações suntuosas, adaptadas ou construídas em bairros de elite ou nos centros da cidade para oferecer o ensino primário. Construídos nas capitais e sedes de municípios, esses prédios, além de atenderem aos propósitos da escolarização, eram símbolos da modernização proposta pela república.

Os grupos escolares, de uma maneira geral, apresentavam um certo ordenamento e uma certa racionalização do espaço interno, variando entre três e seis salas de aula, sala de direção, sala dos professores, secretaria, museu, biblioteca e arquivo, áreas de recreação de cuja configuração constavam pátios internos, jardins, largos, refeitório ou cantina e espaço destinado às aulas de ginástica (PINHEIRO, 2006, p. 120).

A descrição, feita por Pinheiro ao se referir aos grupos escolares na Paraíba, contempla todo o país. Os números relativos aos museus escolares nos 1930 – 1960 no Brasil estão associados à expansão da escola primária e dos grupos escolares e escolas normais. Merece destaque que os dados apresentados anteriormente referem-se à educação primária. A implantação dos grupos escolares como a representação do moderno em educação pública, no início do período republicano, só se difundiu efetivamente a partir dos anos 1930. A expansão da escolarização não foi seguida por melhores condições de funcionamento das mesmas. Responsáveis pela institucionalização do curso primário no Brasil, a expansão dos grupos escolares acarretou de muitas maneiras a deterioração das condições de atendimento do ensino primário (SOUZA, FARIA FILHO, 2006). Fenômeno urbano, os grupos escolares, conviveram até a sua extinção como modalidade de escola na década de 1970 com as chamadas escolas isoladas, reunidas e associadas que atenderam em

espaços improvisados, sobretudo as áreas rurais e as periféricas dos centros urbanos.

Figura 2 - Foto tirada em 1937, onde apresenta aspectos do Museu de Ciências Naturais do Colégio Americano.



Fonte: Acervo do MMEBI – Disponível em:<http://www.metodistadosul.edu.br/redessociais/museu/?cat=1&paged=3>. Acesso em: 5/8/2014

Sabe-se que os museus escolares continuaram existindo no Brasil, nas décadas de 1940 e 1950. No entanto, há poucos registros e dados sobre esse período. Orientações, publicações e cursos para a sua implantação são indicativos de sua existência. Em 1956, dados do IBGE sobre o denominado Ensino Extra-primário⁸, estabelecimentos de ensino comum, de nível médio, apresentam os museus entre os itens possuídos por esses educandários. Num total de 2652 educandários arrolados, 2321 informaram suas condições de funcionamento. Desse total, 946 instituições informaram a existência de museus escolares, o que representa um número bastante significativo, embora decrescente se comparado aos da década de 1930. Seriam as mesmas instituições que ofertavam o ensino primário e ampliaram sua oferta de ensino? Fica o questionamento. Os números são muito próximos. Não aparecem outros dados sobre a existência de museus escolares nos anuários estatísticos a partir de 1938, exceto em quadro resumo em 1956, o que significa que continuaram a existir pelo menos até essa década.

Em pesquisa realizada em Santa Catarina, Petry (2013) identificou-se em atas, relatórios e outros documentos da Secretaria de Educação a existência de vários museus escolares entre os anos de 1944 e 1951. Conforme essa autora, menos de 30% da documentação informa o ano de criação dos museus identificados, mas, em sua maioria, foram criados nos anos 1940. Se comparados com os números dos Anuários estatísticos da década de 1930, em Santa Catarina houve um crescimento e uma descentralização dos museus escolares. É importante lembrar que um dos formatos dos museus es-

8 A partir do Anuário Estatístico Brasileiro de 1955 é criada uma seção de estatísticas relativa ao ensino extra-primário, incluindo a informação do ensino médio e superior.

colares eram os armários e recursos da sala de aula. Não fica claro aqui o formato identificado pela autora. A carência de pesquisas e consequente levantamento de dados sobre os museus escolares nas décadas de 1950 e 1960, aliados à emergência e destaque de novos recursos auxiliares de ensino, como aparelhos de projeção cinematográfica, instalações de educação física, laboratórios e gabinetes, contribuem para um vácuo sobre esse período. Entre os indicativos da existência de museus escolares na primeira metade da década de 1960 está a publicação da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1963) que traz “Estatutos para museus escolares do Estado do Rio Grande do Sul” e a identificação de alguns museus criados nessa década. Na fotografia a seguir, também apresentada por Petry (2013), a autora revela um formato de museu escolar – armários e recursos na sala de aula – nesse período. Pode-se verificar no fundo da sala, lado esquerdo, uma coleção de objetos e, à direita, quadros murais.

Figura 3 - Fotografia do museu Silva Jardim localizado na Escola Estadual de Papanduva, Campo Alegre, 1946.



Fonte: Arquivo, 1946c, p. 424 apud PETRY, SILVA, 2013, p. 91.

Com a crise da pedagogia nova, a emergência da chamada pedagogia tecnicista e de novos recursos de ensino, os museus escolares deixam de figurar nas legislações e projetos educacionais no Brasil a partir dos anos 1960. Assiste-se a partir desse momento a uma crise desse modelo de museu no Brasil, que perdurará até os anos 1970, quando um movimento tímido de ressignificação desse tipo de museu se iniciou.

3. Os museus escolares em documentos, orientações para implantação e propostas de formação profissional

Além de referências já citadas, outras publicações trataram mais especificamente da organização dos museus escolares nos anos 1940 e 1950. Destacam-se aqui “Organização e preparação de museus escolares” (1942) de Paulo Roquete Pinto, as orientações do Museu Nacional e “Estatutos para museus escolares do estado do Rio Grande do Sul” publicado na Revista do Ensino (1963). Esses museus também serão alvo de projetos e propostas de formação profissional a partir dos anos 1950.

Segundo orientações de Roquete Pinto (1942, p. 124), para a organização de um simples museu escolar não havia necessidade de um grande labo-

ratório, instalado de maneira toda especial, o que seria difícil e dispendioso. Bastaria começar o museu do modo mais prático, simples e econômico. “A sala que servirá de laboratório deve ser arejada e rica em luz natural e com janelas amplas”. Para esse autor, o objetivo do museu escolar era o ensino de História Natural. O processo de criação do museu envolvia a observação, colheita e transporte de materiais (animais e vegetais). Para a composição do museu, sugeriu taxidermia, injeções, instalações do laboratório, mineralogia. Todo o material deveria ser exposto. Em sua obra, Roquete Pinto orienta a preparação de casos como a montagem de esqueletos e apresentava sugestões para um plano de assistência ao ensino.

O Regimento do Museu Nacional aprovado em 1941 estabeleceu, entre as competências da Seção de Extensão Cultural – S.E.C, órgão do Museu Nacional, a publicação de orientações para organização de museus escolares (DECRETO N. 6.746/1941).

Art. 5º À S.E.C. compete:

h) elaborar monografias relativas ao ensino das ciências naturais ou antropológicas.

1º O M. N. promoverá a publicação dos Arquivos do Museu Nacional, do Boletim do Museu Nacional, de catálogos e guias de coleções, de instruções para colecionamento de material de ciências naturais e antropológicas e para a organização de museus escolares, quadros murais, monografias e trabalhos de vulgarização (DECRETO N. 6.746/1941).

A Seção de Extensão Cultural (S.E.C.) do Museu Nacional foi criada por prescrição do regimento de 1941 e dispunha-se a servir como um centro de Educação Popular e de aprendizagem, bem como incentivo e auxílio à construção de museus escolares, entre outras ações voltadas à cooperação com o sistema educacional da época. Entre os anos de 1943 e 1946, a S.E.C. teve como dirigente um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, o professor e técnico educacional Paschoal Lemme (OLIVEIRA, 2012).

Instruções para organização de pequenos museus escolares aparecem na capa III, em todas as edições (cinco) de 1944 e 1945 da Revista do Museu Nacional. Compostas por doze itens, as instruções centravam na formação de pequenos museus de história natural.

O item 1 recomendava toda escola a ter seu pequeno museu de história natural, bem como a importância dessa prática para o desenvolvimento do gosto pelos estudos da natureza, senso de observação concreta e raciocínio, da disciplina e cuidado.

O item 2 orientava quanto à aquisição do material dos museus escolares, que deveriam ser colecionados pelos próprios interessados: professores e alunos. Afirmavam que além de o Museu Nacional não ter verbas para fornecer o material, organizar a coleção seria uma prática benéfica para os interessados. Boa vontade, iniciativa, cuidado e paciência são os recursos propostos no item 3 para organizar um pequeno museu escolar que, à primeira vista, parece muito difícil. “O museu deve ter o que há de mais comum na região em que vivem as crianças para as quais ele é criado”. Recomenda-se ainda o uso de fotografias ou estampas para representar seres vivos de outras regiões.

No item 4, recomenda que as escolas situadas na zona urbana ou mesmo suburbana devam frequentar o Museu Nacional e enfatiza a importância das excursões aos parques, campos e florestas para coleta de material para o próprio museu, além de oportunidade de exercícios higiênicos ao ar livre. As escolas situadas na zona rural, apesar de as dificuldades de visitar o museu, apresentavam boas condições para colecionar e criar um bom museu elementar.

Os itens 5, 6, 7 e 8 tratavam da recolha, identificação e conservação de minerais, plantas e animais para organização do museu escolar. Os minerais recolhidos pelos alunos devem ser etiquetados com dados como local, data, nome do colecionador. É o que recomenda o item 5. Se não identificados pelo professor, deveriam ser encaminhados à Seção de Extensão Cultural do Museu Nacional para tal fim. As plantas – item 6 - deveriam ser conservadas depois de coletadas, conforme as indicações fornecidas pelo Museu Nacional. Recomendavam coletar os vegetais herbáceos (ervas) completos e apenas folhas, flores e frutos dos arbustos. No item 7 recomendava a conservação de animais de pequenos porte em vidros de boca larga contendo álcool e insetos em caixas com um pouco de naftalina. O item 8 enfatizava a importância do estudo e observação da vidas de animais e plantas e recomendava-se a criação de pequenos animais em aquários, vivários, etc. e o cultivo de plantas.

O item 9 tratava das informações sobre as peças. Ao lado das peças era comum sua história, fotografias dos aspectos da sua existência, indicações de sua utilidade ou nocividade, etc. O item 10 recomendava enfaticamente a prática do desenho pelos alunos das peças que foram mostradas, bem como o hábito de comparar os seres vivos ou as suas partes, a contar número de órgãos, entre outros exercícios. Apesar da importância dada ao conhecimento sobre seres vivos que os rodeavam, o item 11 apresentava como desnecessário o ensino de nomes científicos de plantas e animais. A organização de pequenos museus de história natural não podia servir de pretexto para depredações inúteis. Inculir no ânimo das crianças o amor à natureza visando à preservação da fauna e da flora constituía a instrução número 12.

As instruções para a organização de pequenos museus escolares, editada pelo Museu Nacional, revelam a orientação escolanovista - ideias como o processo de socialização da criança, o aprender fazendo, a ênfase da educação na capacidade de aplicação dos conhecimentos às situações vividas. Em trabalho no qual enfoca as instituições escolares paulistas entre os anos 1930- - 1960, Souza (2008), ao citar a divisão das mesmas por um grupo de trabalho da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo em 1960, registra a presença do museu:

- a) Assistencial: Caixas Escolares ou Caixas de Cooperação Escolar;
- b) cultural: teatro, cinema, **museu**, biblioteca, jornais, clubes filatélicos;
- c) Socializante: cívicas (campanhas, comemorações, eventos de civismo), artísticas (coral, banda, fanfarra); sociais (escotismo, bandeirantismo, atividades sanitárias); esportivo/recreativas (festas, excursões) (SOUZA, 2008, p.3, grifo meu).

Alvo de diversas classificações, o museu aparece na categoria cultural das instituições auxiliares da escola. Outro fato que também pode ser constatado a partir do trabalho é que o desenvolvimento dessas instituições era precário devido à falta de incentivo e de apoio material dos poderes públicos.

A atuação da Secretaria de Educação e Saúde de São Paulo em relação às instituições auxiliares da escola restringia-se, tão somente, à orientação técnica; tudo o mais, a execução e o suporte material, ficaram na dependência da iniciativa e boa vontade dos diretores, dos professores, dos alunos, dos pais e da comunidade (SOUZA, 2008). Pode-se perceber que a atuação da Secretaria de Educação e Saúde de São Paulo colidia com as instruções do Museu Nacional para a organização de pequenos museus escolares.

Nos anos 1950, a relação entre o museu e a educação foi tema bastante presente nas discussões sobre museus no Brasil. Publicações nacionais⁹ e internacionais e a realização do Seminário Regional Latino-Americano de Museus da UNESCO em 1958, no Rio de Janeiro, com o tema “O Papel Educativo dos Museus” contribuíram para debates intelectuais sobre a relação museu e Educação, enfatizando as visitas escolares. Entre as publicações internacionais destaca-se o livro “Musées et Jeunesse” (1952), do Conselho Internacional de Museus, composto por estudos de Germanine Cart (Museu do Louvre), Molly Harrison (Museu Geffrye de Londres) e Charles Russel (Museu de História Natural de Nova Iorque), prefaciados por Henri Fould e Georges-Henri Riviere. Entre as nacionais destacam-se os livros “Recursos Educativos dos Museus Brasileiros” (1958) de Guy de Hollanda, “Museu e Educação” (1958) de Florivaldo dos Santos Trigueiros e “Museu Ideal” (1958), de Regina Monteiro Real (FARIA, 2012).

Figura 4- Fotografia de visita ao Museu Histórico Nacional, durante o Seminário Latino Americano de Museus



Fonte: Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Coleção Nair de Moraes Carvalho, 498 (cedida por Carina Martins Costa), IN (KNAUSS, 2011, p. 593).

Conforme se pôde verificar ao longo deste trabalho, os debates sobre a relação entre museu e educação no Brasil datam do século XIX. Para Knauss (2011), foi no contexto da década de 1950 que a questão da educação nos museus deixou de ser tratada em termos genéricos. Colocada a partir das relações do museu com a educação escolar, tendo como público-alvo crianças e jovens duas posições emergiram no debate sobre a questão. Uma “considerava que não se tratava de uma questão nova, pois os museus já davam atenção à educação há algum tempo”; a outra “indicava, no entanto, essa tendência como uma nova marca dos museus” (Knauss, 2011, p. 587).

⁹ É importante lembrar que publicações como a de Leontina Bush e Bertha Lutz nos anos 1930 já traziam essa discussão.

Para Trigueiros (1958), a atenção dada por educadores e legisladores à criação de museus escolares no Brasil esteve, durante muito tempo, restrito ao campo das ideias, e só tomou corpo quando o desenvolvimento da técnica e uma nova conceituação influenciaram nas várias camadas sociais que constituem a opinião pública. As facilidades que apresentavam para o ensino contribuíram para a compreensão da necessidade de incrementar novos museus, especialmente os escolares.

Hoje, os educadores já utilizavam os museus pelas facilidades que apresentavam para o ensino, como repositório de elementos visuais da maior importância para a aprendizagem de quase todas as matérias, conforme seja a sua especialidade. E é fácil compreender-se a necessidade de incrementar a criação de novos museus, principalmente escolares, tendo em vista que estes últimos atuam mais diretamente no ambiente estudantil (TRIGUEIROS, 1958, p. 113).

Guy de Hollanda (1958) apresenta em sua obra um mapeamento dos museus brasileiros por unidade da federação e os recursos disponíveis por esses. Informações sobre finalidade, acervo, horário de visitação, histórico e publicações, entre outras, deixam evidentes as várias possibilidades de recursos educativos presentes nos museus. Nessa obra, apresenta apenas os museus gerais, não incluindo os escolares, exceto o Museu Regional Dom Bosco¹⁰ em Campo Grande, Mato Grosso, mantido pelo Ginásio Municipal Dom Bosco.

Além dos recursos úteis ao ensino de história natural, como viveiros, aquários, herbários, pequenas coleções mineralógicas ou zoológicas para a formação das coleções, em consonância com o seu tempo, esse autor recomendava ainda uso de elementos audiovisuais, as fitas gravadoras de som, os discos, os filmes. As recomendações desse autor avançaram em relação às propostas pelo Museu Nacional em 1944 – 1945, para a organização de museus escolares. Além dos recursos locais da natureza e os que representavam características de trabalho da região, recomendava ainda arte popular e folclore. No momento de intenso processo de urbanização no Brasil, Trigueiros (1958) via a escola como instrumento para potencializar o local e o desenvolvimento pessoal dos jovens, estimulando-os a permanecer onde estavam e não o deslocamento para os grandes centros.

No calor dos debates sobre as relações entre o museu e a educação, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), desejoso da profusão de museus escolares em diferentes estados do país, solicitou ao Museu Histórico Nacional a oferta, em 1958, do “Curso de Organização de Museus Escolares”. Essa atividade envolveu também o “desafio do Curso de Museus de ministrar seus conteúdos a fim de aplicá-los na perspectiva de museus escolares” (FARIA, 2012, p.34). Importante destacar aqui que o “Curso de Museus” que se transformará anos mais tarde no Curso de Museologia, ofertado pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, era ofertado pelo Museu Histórico Nacional. O “Curso de Organização de Museus Escolares” destinou-se a professoras bolsistas¹¹ do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), objetivando estudo e estágio no museu, “no

¹⁰ Em razão da transformação da mantenedora em Universidade, o museu não pode ser classificado na atualidade como um museu escolar.

¹¹ As participantes eram professoras primárias em seus estados.

período de seis meses, a fim de capacitá-las a organizarem museus escolares em seus Estados de procedência, bem como orientassem as visitas escolares aos museus de suas cidades” (FARIA, 2012, p.40).

A finalidade desse curso é preparar professoras para a organização de museus escolares e capacitá-los a outros professores para o melhor aproveitamento do material audiovisual; material este, indispensável na motivação das aulas das diversas matérias do currículo escolar (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 1958, p. 5 - 6).

Qual a concepção de museu nesse momento? Que tipo de museu escolar pretendia ser fomentado pelo INEP? Segundo Octávia Corrêa dos Santos Oliveira, uma das professoras do curso, essa foi uma dificuldade para a organização da programação do curso. Na acepção da palavra, não existia museu escolar no Rio de Janeiro e o INEP não contava com museus pedagógicos. A programação resultou do debate entre os envolvidos no curso – professores, técnicos e alunos – no qual foi elaborado um programa que pudesse ser adaptado aos museus escolares. Em razão de atraso para início, o curso começou em 22 de julho, seguindo até novembro de 1958. Durante o curso, ocorreu o Congresso Americano sobre o papel educativo dos museus no Rio de Janeiro, no qual as bolsistas puderam participar como observadoras (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 1958b, p. 7-9).

De acordo com os trabalhos elaborados pelas professoras-bolsistas ao final do curso, percebe-se que os museus escolares foram tratados na “acepção” até então em vigor. Segue trecho do trabalho da bolsista Helena Ferreira Camargo (1958):

O museu escolar é de caráter especializado e só deverá funcionar com orientação pedagógica. O museu escolar será a apresentação completa e sistemática de material didático e material áudio-visual e coleções, destinados a dar forma concreta ao ensino, porque só a experiência torna possível o conhecimento e compreensão das coisas (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 1958, p. 8 - 9).

De caráter especializado, o museu escolar não se destina à visitação pública, mas aos alunos e professores da escola onde funciona, aos estudantes das escolas normais e de outras escolas primárias que possuam museus. No entanto, a professora-bolsista aponta entre as providências necessárias para o funcionamento do museu, a necessidade de regimento interno, filiação aos departamentos estaduais e federais, necessidade de conhecimento de técnicas de museus por parte do professor encarregado. Destaca, ainda, a importância dos recursos audiovisuais, enfatizando a importância de um cinema educativo, uma discoteca e uma biblioteca. A menção ao cinema educativo aparece também nos relatórios das demais professoras-bolsistas. (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 1958, p. 8 - 10).

De acordo com relatório dos professores orientadores, Otávia G. dos Santos Oliveira, Yolanda Marcondes Portugal e Geraldo Alves de Carvalho, responsáveis respectivamente pelas aulas teóricas e práticas sobre técnicas de museus, noções sobre numismática e visitas orientadas a diversos museus da cidade e de visitas a várias escolas padrão do Distrito Federal, o curso funcionou no Museu Histórico Nacional. Quatro professoras-estagiárias,

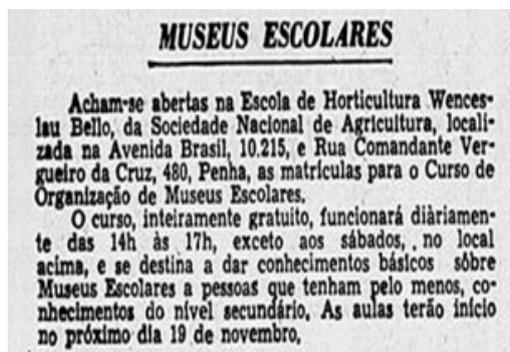
oriundas do Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco e Bahia, comparecem ao curso no período de julho a novembro e realizaram satisfatoriamente as atividades previstas (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 1958, p. 5 - 6).

Anúncios de ofertas de “Curso de Organização de Museus escolares” pela Escola de Horticultura Wenceslau Bello¹², da Sociedade Nacional de Agricultura no Rio de Janeiro, no Jornal “Correio da Manhã”, foram encontrados em 1949 e 1963 conforme pode-se verificar na imagem a seguir.

Figura 5- Anúncios publicados em 1949 e 1963 pelo Jornal da Manhã sobre a oferta do Curso Organização de Museus Escolares



Fonte: Jornal “Correio da Manhã”, 25
de março de 1949, p. 12. Disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/>
Acesso: 20/05/2014



Fonte: Jornal “Correio da Manhã”, 1º caderno, Terça-
-feira, 5 de Novembro de 1963, p. 10. Disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/> Acesso:
20/05/2014

Além dos cursos de extensão, a preocupação com a formação de profissionais para o trabalho em museus escolares apareceu também nas propostas curriculares do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, nos anos 1970. Na matriz curricular do Curso de Museus de 1970, foi criada, para os alunos do 3º ano, a sessão de Museus Científicos, ficando três sessões para especialização dos formandos: museus artísticos, museus históricos e museus científicos. Na sessão de Museus Científicos, 1º período, 1970, constava a disciplina Técnica de Museus Escolares Polivalentes, com carga horária de 90 horas. O Parecer N° 971/69, aprovado 05 de Dezembro de 1969, estabelecia a formação do museólogo com especialização em uma das áreas: arte, história, ciência e tecnologia, museus escolares polivalentes (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Currículo do Curso de Museus, 1932/1934, 1946, 1968/1971, 1973/1976).

12 Criada em 1899, com vista à especialização de pequenos lavradores. Em 1937, torna-se Escola Wenceslau Bello. Ministra cursos, entre os quais o de Ciências Agro-Ambientais e de Zootecnia da Universidade Castelo Branco. Em 1995 foi integrada à Sociedade Nacional de Agricultura (http://www.faperj.br/mapa_da_ciencia/cgi-bin/mpcienc_busca.cgi/cidade58.htm Acesso: 01/04/2014).

A Resolução Nº 14 de 27 de Fevereiro de 1970, que fixou os conteúdos mínimos para os cursos de Museologia, estabeleceu que a formação do museólogo se desse em curso de graduação, do qual resultava o bacharel em Museologia. Essa resolução manteve a especialização em uma das seguintes habilitações: Habilitação em Museus de Artes, Habilitação em Museus de Ciência, Habilitação em Museus Escolares Polivalentes e Habilitação em Museus de História. Para a habilitação em Museus Escolares Polivalentes, as disciplinas específicas previstas eram: Psicologia (I e II), Pedagogia (I e II), Didática (I e II), Comunicação (I e II), Ciências Sociais (I e II), Ciências Auxiliares da História (I e II) (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Currículo do Curso de Museus, 1932/1934, 1946, 1968/1971, 1973/1976). A habilitação em Museus Escolares Polivalentes (1972 – 1976) não se efetivou. As habilitações em museus de Arte, de História e de Ciência se efetivaram. Conforme Atas do Conselho Departamental de 1975, a falta de professores habilitados para essa parte específica constitui um impedimento para oferta dessa habilitação.

Pode-se perceber que entre os anos 1950 – 1970, o papel educativo dos museus apareceu com frequência nos debates da museologia. Embora apresentando um quadro de crise entre os anos 1960 - 1970, os museus escolares apareceram entre as preocupações de profissionalização da museologia. O Curso de organização de museus escolares só teve uma edição. Quais os resultados desse curso? No início dos anos de 1980, a relação dos museus com as escolas mudou e conseqüentemente o debate sobre o sentido do trabalho educacional nos museus ganhou uma nova conceituação. Para Knauss (2011), essa mudança de relação reflete os ecos da Declaração de Santiago do Chile realizada em 1972 e o novo contexto da museologia.

Se nos anos da década de 1950, no Brasil, esse encontro colocou os museus na esteira da escola e do ensino escolar, a partir dos anos de 1980 esse encontro não deixou os museus na dependência da escola, criando espaço educativo alternativo, peculiar e próprio em torno do patrimônio cultural (KNAUSS, 2011, p. 596).

O público escolar continua potencial nos museus. A renovação/ inovação do espaço educativo dos museus e sua relação com a escola se encontram em processo e muito se tem a construir ainda.

Considerações Finais

Num contexto internacional marcado pela crise e revitalização dos museus escolares e pedagógicos (1930 – 1970), pode-se dizer que o Brasil subverte essa ordem. Com nova função, os museus escolares compõem os recursos do aparelhamento escolar. Presente nas orientações educacionais, aparecem em crescimento nas estatísticas desse período. Sem registros nos levantamentos de dados a partir dos anos 1940, ausentes nas legislações educacionais nacionais, há indícios de maior quantitativo até o início dos anos 1960. Entre os anos 1950 – 1970 estiveram presentes em debates e cursos de formação. Apesar de presente no campo das ideias, pode-se dizer que esse é o período de crise dos museus escolares no Brasil.

Referências

- ARÓSTEGUI, Júlio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Tradução de Andréa Dore; revisão técnica de José Jobson de Andrade Arruda. Bauru: EDUSC, 2006 (Col. "História").
- BASTOS, Maria Helena Camara. A Educação como espetáculo In: STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Camara. *Histórias e Memórias da Educação no Brasil* Vol. II – Século XIX Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.
- CARRILLO, Isabel. COLLELLEDEMONT, Eulàlia. MARTÍ, Jordi. TORRENTS, Jacint. *Los museos pedagógicos y la proyección cívica del patrimonio educativo*. Gijón (Austrias): Ediciones Trea, 2011.
- ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLAU BELLO. *Jornal "Correio da Manhã"*, 25 de março de 1949, p. 12. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/> Acesso: 20/05/2014.
- FARIA, Ana Carolina Gelmini de. A década de 1950 e as múltiplas relações entre os museus e a educação: um estudo sobre o Curso de Organização de Museus Escolares do Museu Histórico Nacional (1958) *Anais do 18º Encontro da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação* 26 a 28 de setembro de 2012 PUCRS - Porto Alegre - RS
- GADOTTI, Moacir. *História das Idéias Pedagógicas*. São Paulo: Editora Ática, 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro. RJ 2006, PDF Disponível em <http://seculoxx.ibge.gov.br/es/publicacao> Acesso: 30/01/2014.
- KNAUSS, Paulo. A presença de estudantes: o encontro de museus e escola no Brasil a partir da década de 50 do século XX. *Varia hist.* [online]. 2011, vol.27, n.46, pp. 581-597.
- LINARES, M^a CRISTINA: "Museos Pedagógicos - Museos Escolares - Museos de Historia de la Educación". http://estatico.buenosaires.gov.ar/areas/educacion/programas/me/pdf/museos_pedagogicos_%20museos_escolares_museos_de_historia_de_educacion.pdf Acesso: 20/5/2012
- _____. 160 años de museos sobre a educación. ALDEROQUI, Silvia (coord.), *Los visitantes como patrimonio* El Museo de Las Escuelas. Universidad Nacional de Luján. Buenos Aires Ciudad, 2012.
- MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Currículo do Curso de Museus, 1932/1934, 1946, 1968/1971, 1973/1976). Disponível em <http://www.pelotas.rs.gov.br/noticias/detalhe.php?controle=MjAxMy0wOS0yNQ==&codnoticia=35177> Acesso: 01/08/2014
- _____. *1ª Seção de História - 1958*. Museu Histórico Nacional, 1958b. Relatório – 1ª seção Curso de Museus Disponível em <http://www.docvirt.com/WI/hotpages/hotpage.aspx?bib=BibVirtMHN&pagfis=40704&pesq=&url=http://docvirt.com/docreader.net> Acesso: 05/04/2014
- MUSEUS ESCOLARES. *Jornal "Correio da Manhã"*, 1º caderno, Terça-feira, 5 de Novembro de 1963, p. 10. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/> Acesso: 20/05/2014
- MUSEU ETE FMC. Disponível em: www.ete.g12.br/index.php/asiaete-fmc/asia-ete-fmc/.../museu-ete-fmc Acesso: 20/05/2014.
- OLIVEIRA, Sabrina Soares de Oliveira. A função educativa da seção de Extensão cultural do Museu Nacional na gestão de Paschoal Lemme (1943 – 1946) *Anais do XV Encontro Regional de História da Anphu – Rio de Janeiro*, 2012.
- PETRY, Marília Gabriela. GASPARG da Silva, Vera Lucia. Museu escolar: sentidos, propostas e projetos para a escola primária (séculos 19 e 20) *Revis-*

ta *História da Educação* [On-line] 2013, 17 (Septiembre-Diciembre) : [Data de consulta: 5 /julio / 2014] Disponível em:<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321628477006>.

_____. PETRY, Marília Gabriela and SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Museu escolar: sentidos, propostas e projetos para a escola primária (séculos 19 e 20). *Hist. Educ.* [online]. 2013, vol.17, n.41, pp. 79-101

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. Grupos escolares na Paraíba: iniciativas de modernização escolar (1916 – 1922) In Diana Gonçalves (org.). *Grupos escolares. Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Instruções para a organização de pequenos museus escolares. Vol. IX, n.º 24, Setembro – outubro 1946 Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/issue/view/209> Acesso: 03/08/2015

REVISTA DO MUSEU NACIONAL. Instruções para a organização de pequenos museus escolares. Edições de 1944 e 1945. Disponível em <http://www.obrasraras.museunacional.ufrj.br/o/0066/0066.pdf> Acesso: 15/10/2013.

ROQUETTE-PINTO, Paulo. *Organização e preparação de museus escolares*. Porto Alegre: Globo, BN II 390, 4, 20. ROQUETTE-PINTO, Paulo. *Organização e preparação de museus escolares*. Porto Alegre: Globo, BN II 390, 4, 20.

SAVIANI, Dermeval. Método intuitivo. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_metodo_%20intuitivo%20.htm, Acesso: 21/01/2-13.

SOUZA, Rosa Fátima de. Objetos de ensino: a renovação pedagógica e material da escola primária no Brasil, no século XX. *Educ. rev.* [online]. 2013, n.49, pp. 103-120.

_____. Ressonâncias da Escola Nova no Ensino Primário Paulista Congresso Brasileiro de História da Educação (5. : 2008 :Aracaju, Sergipe)..O ensino e a pesquisa em história da educação: 5. *Congresso Brasileiro de História da Educação – São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008*. Disponível em www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/566.pdf Acesso: 03/02/2014

_____. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil In VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos escolares. Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

TRIGUEIROS, F. dos Santos. *Museu e Educação*. 2ª ed. Prefácio de Heloísa Alberto Torres. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1958.

Recebido em 18 de janeiro de 2019

Aprovado em 31 de maio de 2019